

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.439.546 - RJ (2019/0033585-6)

RELATOR : **MINISTRO REYNALDO SOARES DA FONSECA**
AGRAVANTE : GUSTAVO PRADO DE AZEVEDO
ADVOGADOS : LÚCIA ANDRÉ SAUER - RJ113880
BRUNO SOUZA DA CRUZ - RJ159347
DIEGO HONORATO DE ALMEIDA - RJ167079
ARTHUR CARVALHO DA SILVA E OUTRO(S) - RJ200365
ISRAEL ANTONIO DE FREITAS JUNIOR - RJ211279
AGRAVADO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto por GUSTAVO PRADO DE AZEVEDO em adversidade à decisão que inadmitiu recurso especial manejado contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, que negou provimento ao apelo defensivo, mantendo a sentença que julgou procedente a pretensão punitiva estatal para condená-lo, por infringência ao artigo 147 do Código Penal, à pena privativa de liberdade de 01 (um) mês e 10 (dez) dias de detenção, em regime prisional aberto, suspensa a execução da pena por 02 (dois) anos.

Interpostos embargos de declaração, esses foram rejeitados (e-STJ fls. 321/336).

Nas razões do recurso especial, fundado na alínea "a" do permissivo constitucional, alega a parte recorrente violação dos artigos 6º, incisos III e VII, 41, 156, 158, 386, inciso VII, 395, incisos I e III, 564, inciso III, alínea "b", 600, §4º, e 619 do CPP, dos artigos 5º e 12, inciso IV, da Lei n. 11.340/2006, do art. 61 da Lei n. 9.099/1995 e do art. 147 do CP.

Sustenta: (i) a recepção do artigo 600, §4º, do CPP pela Constituição Federal; (ii) a incompetência do Juizado de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher; (iii) a inexistência de justa causa para o recebimento da denúncia; (iv) a inépcia da denúncia; (v) a ocorrência de nulidade, em razão da ausência de perícia no celular da vítima que ateste a

autenticidade das mensagens e veracidade das alegações da vítima; (vi) a atipicidade da conduta; (vii) a inexistência de prova para a condenação; (viii) que a Corte de origem foi omissa ao não se manifestar acerca de todos os pontos levantados nos embargos de declaração.

Apresentadas contrarrazões (e-STJ fls. 533/536), o Tribunal *a quo* não admitiu o recurso especial (e-STJ fl. 497), tendo sido apresentado o presente agravo.

O Ministério Público Federal, instado a se manifestar, opinou pelo provimento do agravo e a admissibilidade do recurso especial (e-STJ fls. 558/565).

É o relatório. **Decido.**

Preenchidos os requisitos formais e impugnado o fundamento da decisão agravada, conheço do agravo.

O recurso não merece acolhida.

Primeiramente, não há falar em omissão, uma vez que o acórdão recorrido apreciou as teses defensivas com base nos fundamentos de fato e de direito que entendeu relevantes e suficientes à compreensão e à solução da controvérsia, o que, na hipótese, revelou-se suficiente ao exercício do direito de defesa.

Em segundo, em relação à violação do art. 600, §4º, do CPP, não há interesse recursal, uma vez que as razões foram apresentadas e a apelação devidamente analisada pela Corte de origem.

Quanto à competência do do Juizado de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher, o recurso não merece melhor sorte.

Nos termos do art. 4º da Lei Maria da Penha, ao se interpretar a referida norma, deve-se levar em conta os fins sociais buscados pelo legislador, conferindo à norma um significado que a insira no contexto em que foi

concebida.

Esta Corte possui entendimento jurisprudencial no sentido de que *a Lei nº 11.340/2006, denominada Lei Maria da Penha, objetiva proteger a mulher da violência doméstica e familiar que lhe cause morte, lesão, sofrimento físico, sexual ou psicológico, e dano moral ou patrimonial, desde que o crime seja cometido no âmbito da unidade doméstica, da família ou em qualquer relação íntima de afeto* (AgRg no REsp 1427927/RJ, Rel. Ministro MOURA RIBEIRO, QUINTA TURMA, julgado em 20/03/2014, DJe 28/03/2014).

Nesse contexto, é de se ter claro que a própria Lei n. 11.340/2006, ao criar mecanismos específicos para coibir e prevenir a violência doméstica praticada contra a mulher, buscando a igualdade substantiva entre os gêneros, fundou-se justamente na indiscutível desproporcionalidade física existente entre os gêneros, no histórico discriminatório e na cultura vigente. Ou seja, a fragilidade da mulher, sua hipossuficiência ou vulnerabilidade, na verdade, são os fundamentos que levaram o legislador a conferir proteção especial à mulher.

Nesse sentido, os seguintes julgados:

RECURSO ORDINÁRIO EM HABEAS CORPUS. PROCESSO PENAL. LEI MARIA DA PENHA. LESÃO CORPORAL PRATICADA PELO RECORRENTE CONTRA A EX-MULHER. PRETENSÃO DE TRANCAMENTO DA AÇÃO PENAL POR FALTA DE JUSTA CAUSA. MEDIDA EXCEPCIONAL. AUSÊNCIA DE JUSTA CAUSA NÃO EVIDENCIADA DE PLANO. EXAME DE PROVAS INCOMPATÍVEL COM A VIA ELEITA. ALEGAÇÃO DE INCOMPETÊNCIA ABSOLUTA DO JUÍZO ESPECIALIZADO. RECIPROCIDADE AGRESSIVA NÃO DELINEADA NOS AUTOS. VULNERABILIDADE ÍNSITA À CONDIÇÃO DA MULHER. RECURSO IMPROVIDO.

[...]

4. A própria Lei n. 11.340/2006, ao criar mecanismos específicos para coibir e prevenir a violência doméstica praticada contra a mulher, buscando a igualdade substantiva entre os gêneros, fundou-se justamente na indiscutível

desproporcionalidade física existente entre os gêneros, no histórico discriminatório e na cultura vigente.

Ou seja, a fragilidade da mulher, sua hipossuficiência ou vulnerabilidade, na verdade, são os fundamentos que levaram o legislador a conferir proteção especial à mulher e por isso têm-se como presumidos. (Precedentes do STJ e do STF).

5. A análise das peculiaridades do caso concreto quanto ao fato de haver, ou não, demonstração da vulnerabilidade da vítima, numa perspectiva de gênero, mais uma vez esbarra na impossibilidade de se examinar o conjunto fático-probatório na via estreita do writ.

6. Destarte, da forma como posta, a conduta praticada pelo ora paciente, qual seja, lesão corporal perpetrada contra sua ex-mulher, enquadra-se perfeitamente no tipo de injusto que exige a aplicação da norma protetiva, firmando, portanto, a competência do Juizado de Violência Doméstica e Familiar da Comarca do Rio de Janeiro/RJ para processar e julgar o feito. Exame probatório após a instrução devida.

7. Recurso ordinário em habeas corpus improvido. (RHC 55.030/RJ, Rel. Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA, Quinta Turma, julgado em 23/6/2015, DJe 29/6/2015).

(...) VIAS DE FATO. LEI MARIA DA PENHA. CONDUTA PRATICADA CONTRA IRMÃ. INEXISTÊNCIA DE COABITAÇÃO. IRRELEVÂNCIA. VULNERABILIDADE ÍNSITA À CONDIÇÃO DA MULHER HODIERNA. AUSÊNCIA DE CONSTRANGIMENTO ILEGAL.

1. Esta Corte Superior de Justiça tem entendimento consolidado no sentido de que a caracterização da violência doméstica e familiar contra a mulher não depende do fato de agente e vítima conviverem sob o mesmo teto, sendo certo que a sua hipossuficiência e vulnerabilidade é presumida pela Lei n. 11.340/06. Precedentes.

2. Na hipótese, depreende-se que os fatos atribuídos ao paciente, não obstante tenham ocorrido em local público, foram nitidamente influenciados pela relação familiar que mantém com a vítima, sua irmã, circunstância que dá ensejo à incidência da norma contida no artigo 5º, inciso II, da Lei Maria da Penha.

3. Habeas corpus não conhecido. (HC n. 280.082/RS, Rel. Ministro JORGE MUSSI, Quinta Turma, DJe 25/2/2015).

RECURSO ESPECIAL. PROCESSUAL PENAL. CRIME DE

AMEAÇA PRATICADO CONTRA IRMÃ DO RÉU. INCIDÊNCIA DA LEI MARIA DA PENHA. ART. 5.º, INCISO II, DA LEI N.º 11.340/06. COMPETÊNCIA DO JUIZADO DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA A MULHER DE BRASÍLIA/DF. RECURSO PROVIDO.

1. A Lei n.º 11.340/2006, denominada Lei Maria da Penha, tem o intuito de proteger a mulher da violência doméstica e familiar que lhe cause morte, lesão, sofrimento físico, sexual ou psicológico e dano moral ou patrimonial, sendo que o crime deve ser cometido no âmbito da unidade doméstica, da família ou em qualquer relação íntima de afeto.

2. Na espécie, apurou-se que o Réu foi à casa da vítima para ameaçá-la, ocasião em que provocou danos em seu carro ao atirar pedras. Após, foi constatado o envio rotineiro de mensagens pelo telefone celular com o claro intuito de intimidá-la e forçá-la a abrir mão "do controle financeiro da pensão recebida pela mãe" de ambos.

3. Nesse contexto, inarredável concluir pela incidência da Lei n.º 11.343/06, tendo em vista o sofrimento psicológico em tese sofrido por mulher em âmbito familiar, nos termos expressos do art. 5.º, inciso II, da mencionada legislação.

4. "Para a configuração de violência doméstica, basta que estejam presentes as hipóteses previstas no artigo 5º da Lei 11.343/2006 (Lei Maria da Penha), dentre as quais não se encontra a necessidade de coabitação entre autor e vítima" (HC 115.857/MG, 6.ª Turma, Rel. Ministra JANE SILVA (DESEMBARGADORA CONVOCADA DO TJ/MG), DJe de 02/02/2009).

5. Recurso provido para determinar que Juiz de Direito da 3.ª Vara do Juizado de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher de Brasília/DF prossiga no julgamento da causa. (REsp 1239850/DF, Rel. Ministra LAURITA VAZ, Quinta Turma, julgado em 16/2/2012, DJe 5/3/2012).

Aliás, o Supremo Tribunal Federal, ao julgar a constitucionalidade da Lei n. 11.340/2006 na ADC 19/DF (de relatoria do Ministro MARCO AURÉLIO DE MELLO, DJe 29/4/2014), também se manifestou a respeito da vulnerabilidade da mulher e da necessidade de sua proteção, senão vejamos:

Para frear a violência doméstica, não se revela desproporcional ou ilegítimo o uso do sexo como critério de diferenciação. A mulher é eminentemente vulnerável quando se trata de

constrangimentos físicos, morais e psicológicos sofridos em âmbito privado. Não há dúvida sobre o histórico de discriminação e sujeição por ela enfrentado na esfera afetiva. As agressões sofridas são significativamente maiores do que as que acontecem contra homens situação similar. Além disso, mesmo quando homens, eventualmente, sofrem violência doméstica, a prática não decorre de fatores culturais e sociais e da usual diferença de força física entre os gêneros.

Assim, de acordo com o artigo 5º, inciso II, da Lei 11.340/2006, configura violência doméstica e familiar contra a mulher qualquer ação ou omissão baseada no gênero que lhe cause morte, lesão, sofrimento físico, sexual ou psicológico e dano moral ou patrimonial no âmbito da família, compreendida como a comunidade formada por indivíduos que são ou se consideram aparentados, unidos por laços naturais, por afinidade ou por vontade expressa.

O Tribunal *a quo*, ao decidir pela ocorrência de violência doméstica, assim consignou (e-STJ fls. 282 e 284):

Da leitura dos autos, verifica-se que o crime de ameaça foi cometido pelo acusado, ex-cônjuge da vítima, em contexto conflituoso envolvendo a filha do ex-casal e a própria dissolução do vínculo familiar, daí que evidente a existência de relação de natureza familiar entre eles.

[...]

A Lei Maria da Penha, na sua justificativa foi criada para "eliminar toda e qualquer forma de discriminação, prevenindo e erradicando as mais diversas formas de violência que ocorrem dentro das relações domésticas e familiares", sendo imprescindível que a mulher (ofendida), encontre-se numa situação de inferioridade física, econômica, de vinculação. Portanto, há na Lei especial, a exigência, para sua incidência, de que a violência praticada tenha por motivação a opressão ao gênero, situação que decorre, sempre, de uma condição de hipossuficiência e/ou vulnerabilidade da ofendida para com o ofensor.

Repise-se, que a Lei nº 11.340/2006, reclama situação de violência praticada contra a mulher, em contexto caracterizado por relação de poder e submissão, praticada por homem ou mulher, sobre mulher em situação de vulnerabilidade, o que ocorreu no caso em questão, tendo em vista a ameaça feita

através de mensagens, pelo acusado dizendo que a faria sofrer "dez vezes mais do que ela", referindo-se à Maria da Penha ou a filha da vítima.

A meu sentir, o fato se enquadra no previsto no artigo 5º, incisos II e III, da Lei nº 11.340/06, atraindo a competência do Juizado especial.

Ora, o acusado é ex-cônjuge da vítima tendo, conforme a denúncia, praticado ameaça através de mensagens de celular, no sentido de que a faria sofrer "dez vezes mais do que ela", referindo-se à Maria da Penha ou a filha da vítima.

Ora, verifica-se que restou amplamente caracterizada a relação de afeto entre o agressor e a ofendida, tendo o acusado, homem, valido-se, covardemente, de sua superioridade física e do vínculo familiar para intimidar a vítima mulher, causando-lhe temor, situação relacionada à vulnerabilidade e à inferioridade física existente entre o agressor homem e a vítima mulher.

Dessa forma, comprovada a prática de violência doméstica e familiar no presente caso, uma vez que os fatos foram praticados, dentro do âmbito familiar.

Prosseguindo, as alegações de ausência de justa causa e de inépcia da denúncia ficam enfraquecidas diante da superveniência da sentença, uma vez que o juízo condenatório denota a aptidão da inicial acusatória para inaugurar a ação penal, implementando-se a ampla defesa e o contraditório durante a instrução processual, que culmina na condenação lastreada no arcabouço probatório dos autos. Portanto, não se pode falar em ausência de aptidão da denúncia e falta de justa causa.

Pela leitura do acórdão recorrido, verifico que a denúncia é suficientemente clara e concatenada, e atende aos requisitos do art. 41 do CPP, não revelando quaisquer vícios formais. De fato, encontram-se descritos os fatos criminosos, com todas as circunstâncias necessárias a delimitar a imputação, bem como lastreada em elementos de prova, encontrando-se

devidamente assegurado o exercício da ampla defesa, apontando para o cometimento do crime de ameaça, praticado por ex-cônjuge.

Em relação à ausência de perícia no celular da vítima que ateste a autenticidade das mensagens e veracidade das alegações da vítima, a Corte de origem consignou (e-STJ fl. 329):

Verifica-se, que as transcrições acostadas aos autos às pastas 000069/000076, destes autos virtuais, foram anexadas em meio à instrução probatória, havendo tido oportunidade o réu delas conhecer e sobre elas se manifestar antes da apresentação das suas alegações finais e da prolação da r. sentença condenatória, valendo registrar que, por ocasião de seu interrogatório, o acusado esclareceu, sob seu ponto de vista, o contexto em que proferida a frase em que aludira à Lei Maria da Penha, como se apura da oitiva das suas declarações colhidas pelo sistema audiovisual.

Ocorre que a parte recorrente, em suas razões recursais, não rechaçou os fundamentos descritos acima, limitando-se a afirmar a necessidade da realização da perícia. Assim, a falta de impugnação de tais pontos atrai o óbice da Súmula n. 283/STF, por analogia.

Por fim, quanto à atipicidade da conduta e a inexistência de prova para a condenação, o Tribunal de Justiça assim decidiu (e-STJ fls. 289/290)

A autoria e materialidade restaram plenamente demonstradas nos autos, de acordo com os depoimentos firmes da vítima e da testemunha, tanto em juízo quanto em sede policial.

A vítima narrou em sede policial (pasta 000008, destes autos virtuais):

"Que está casada aproximadamente 05 anos, tendo do casamento uma filha CLARA KONO DE AZEVEDO. Durante o casamento ocorreram várias violências domésticas, onde a declarante não se manifestou em representar contra o marido, nem tão tomou a iniciativa de SEPARAR-SE, por motivos pessoais. Sendo que face a agressividade e comportamento violento do autor, até porque o autor vem a ser usuário de substancias entorpecentes, fato este já comprovado através de internações para tratamento químico. Afirma que face tais fatos

a declarante então tomou a decisão de fazer uso da SEPARAÇÃO DE CORPOS e já impetrou AÇÃO DE SEPARAÇÃO JUDICIAL. Daí então o autor passou a perseguir a declarante tanto em via pública quanto no local de trabalho da declarante, utilizando-se de meios eletrônicos; ao ponto de no dia 17/03/2015 a declarante recebeu a seguinte mensagem: " ESSA VAI PARA MARIA DA PENHA.... VOU FAZER SOFRER DEZ VEZES MAIS QUE ELA ...". (...)".

Em juízo, a vítima afirmou que, no dia indicado narrado na exordial, viu-se "sem conseguir ficar em paz" em sua casa. Admitiu ter ficado

com medo, daí porque resolveu registrar o fato na Delegacia Policial. Declarou já haver sofrido outras ameaças anteriormente (p. ex.: "Sorte sua que você ainda tem seus dentes, agradeça à Maria da Penha"), bem como ter sido ferida com uso de agulha de acupuntura.

O Apelante ao ser interrogado, declarou que a acusação não seria verdadeira. Disse que a frase tida como ameaça estaria totalmente fora de contexto. Alegou que na frase: "eu vou fazer você sofrer dez vezes mais que ela", "ela" seria a filha do ex-casal, que teria sofrido muito com a dificuldade do Apelante em visita-la.

Salienta-se, que a ameaça proferida pelo réu está documentada à pasta 000069, destes autos virtuais.

Nos delitos praticados no âmbito familiar ou doméstico a palavra da vítima é decisiva, e não poderia ser diferente, pois tais infrações normalmente ocorrem na clandestinidade, sem testemunhas.

Torna-se ainda mais importante o referido elemento probatório quando a narrativa é precisa, detalhada e documentada, suficiente para comprovar a autoria e materialidade do delito, como no caso presente.

Do contexto probatório anexado aos autos, verifica-se que o acusado prometeu causar mal injusto à vítima, ainda que não tenha especificado o que pretendia fazer, o que provocou fundado temor na ofendida, como bem se apurou da oitiva em juízo.

A Defesa técnica do acusado não produziu provas para afastar a imputação ao réu do crime de ameaça narrado na exordial.

Portanto, não há que se falar em absolvição, por insuficiência de provas e, muito menos de atipicidade da conduta, já que, consciente e voluntariamente, em momento em que não havia destempero, anunciou que faria a vítima sofrer, imensamente.

Assim, afastar a condenação do acusado pelo crime do art. 147 do CP, como requer a parte recorrente, demandaria o revolvimento de matéria fático-probatória dos autos, o que é inviável em sede de recurso especial, por força da incidência da Súmula n. 7/STJ.

Ante o exposto, com fundamento no art. 932, inciso VIII, do CPC, c/c o art. 253, parágrafo único, inciso II, alínea "b", do RISTJ e da Súmula 568/STJ, **conheço** do agravo para **negar provimento** ao recurso especial.

Intimem-se.

Brasília (DF), 11 de junho de 2019.

Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA
Relator

